

1/1  
NR 50

# FREGUESIA DE REGUENGO DO FETAL

*[Handwritten signatures and notes]*  
Neli Cid



## PROJETO DE REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS

ÍNDICE

PREÂMBULO.....	4
ARTIGO 1.º Objeto.....	5
ARTIGO 2.º Incidência objetiva .....	5
ARTIGO 3.º Incidência subjetiva.....	5
ARTIGO 4.º Taxas.....	6
ARTIGO 5.º Fundamentação econ. finan e fórmulas de cálculo das taxas .....	6
ARTIGO 6.º Valor das taxas .....	6
ARTIGO 7.º Liquidação e cobrança.....	7
ARTIGO 8.º Pagamento .....	7
ARTIGO 9.º Pagamento em prestações.....	7
ARTIGO 10.º Isenções.....	8
ARTIGO 11.º Caráter urgente .....	8
ARTIGO 12.º Incumprimento .....	8
ARTIGO 13.º Atualização dos valores das taxas .....	9
ARTIGO 14.º Publicidade.....	9
ARTIGO 15.º Caducidade.....	9
ARTIGO 16.º Prescrição.....	10
ARTIGO 17.º Garantias .....	10
ARTIGO 18.º Legislação subsidiária.....	10
ARTIGO 19.º Norma revogatória.....	11
ARTIGO 20.º Entrada em vigor.....	11
ANEXO 1 Fundamentação econ. finan e fórmulas de cálculo das taxas .....	12
ARTIGO 1.º Taxa de emissão de documentos .....	12
ARTIGO 2.º Taxas de outros serviços administrativos .....	13
ARTIGO 3.º Taxas de registo e licenciamento de cães e gatos .....	13
ARTIGO 4.º Taxas de certificação de fotocópias .....	16
ARTIGO 5.º Taxas de acesso aos documentos administrativos .....	16
ARTIGO 6.º Taxas de concessão de terrenos nos cemitérios.....	17
ARTIGO 7.º Taxas de serviços cemiteriais .....	17
ARTIGO 8.º Taxas de utilização de instalações e equipamentos .....	18

31/10/11  
Sandra  
Am  
Neto

1/11/11  
NR

ARTIGO 9.º Taxas de mercados e feiras .....	19
ARTIGO 10.º Taxas de licenciamento de venda ambulante de lotarias .....	20
ARTIGO 11.º Taxas de licenciamento de arrumador de automóveis .....	20
ARTIGO 12.º Taxa de licenciamento de ativ. ruidosas de carácter temporário .....	21
ANEXO 2 Tabela de taxas .....	22
ARTIGO 1.º Serviços administrativos .....	22
ARTIGO 2.º Cemitérios .....	23
ARTIGO 3.º Utilização de instalações e equipamentos .....	24
ARTIGO 4.º Mercados e feiras .....	24
ARTIGO 5.º Licenciamento de atividades .....	24

*Handwritten signatures and initials at the top left of the page.*

*Handwritten signature and initials at the top right of the page.*

## **PROJETO DE REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DA FREGUESIA DE REGUENGO DO FETAL**

### **PREÂMBULO**

Taxas são a contrapartida direta de serviços prestados ou de bens fornecidos, possuem uma componente de benefícios coletivos e um carácter bilateral.

As taxas das autarquias locais são tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição das autarquias locais, nos termos da lei.

Em conformidade com o disposto no artigo 241.º da CRP, nas alíneas d) e f) do artigo 9.º conjugadas com a alínea h) do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (que alterou a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, e pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro), e cumprindo o estabelecido na Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) e no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro e Lei n.º 117/2009, de 29 de dezembro), é aprovado o presente projeto de Regulamento e Tabela de Taxas para vigorar na Freguesia de Reguengo do Fetal.

Para a elaboração do presente documento foram tidos em consideração os critérios expressos no, já referido, Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, dos quais se destacam os princípios da equivalência jurídica e da justa repartição dos encargos públicos, bem como a fundamentação económico-financeira relativa aos valores das taxas.

Procurou-se conciliar a necessidade de arrecadar receitas que façam face a despesas correntes e de investimento e a obrigatoriedade de ter em consideração o meio socioeconómico.

O projeto de regulamento e tabela de taxas serão submetidos a apreciação pública, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo.

**ARTIGO 1.º****OBJETO**

O presente regulamento e seus anexos têm por finalidade estabelecer as taxas, bem como as normas que regulam a sua incidência, liquidação, cobrança e pagamento, nos termos da lei, a aplicar nas atividades da autarquia no âmbito das suas atribuições e competências.

**ARTIGO 2.º****INCIDÊNCIA OBJETIVA**

As taxas das freguesias incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela atividade das freguesias, designadamente:

- a) Pela concessão de licenças, prática de atos administrativos e satisfação administrativa de outras pretensões de carácter particular;
- b) Pela utilização e aproveitamento do domínio público e privado das freguesias;
- c) Pela gestão de equipamento rural e urbano;
- d) Pelas atividades de promoção do desenvolvimento local.

**ARTIGO 3.º****INCIDÊNCIA SUBJETIVA**

1 – O sujeito ativo da relação jurídico-tributária, geradora da obrigação de pagamento das taxas previstas no presente regulamento, é a junta de freguesia, titular do direito de exigir aquela prestação.

2 – O sujeito passivo é a pessoa singular ou coletiva e outras entidades legalmente equiparadas que, nos termos da lei e do presente regulamento, esteja vinculado ao cumprimento da prestação tributária, ou seja, ao pagamento de taxas a esta freguesia.

3 – Estão sujeitos ao pagamento das taxas previstas neste regulamento, o Estado, as Regiões Autónomas, as Autarquias Locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integram o setor empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais.

## ARTIGO 4.º

### TAXAS

Esta autarquia cobra taxas relativas a:

- a) Emissão de documentos (atestados, declarações, certidões, termos de identidade e justificação administrativa e outros documentos);
- b) Outros serviços administrativos (extração de fotocópias, envio e receção de faxes);
- c) Registo e licenciamento de cães e gatos;
- d) Certificação de fotocópias;
- e) Acesso a documentos administrativos;
- f) Cemitérios (inumações, exumações, transladações, concessões de terrenos para covaís e jazigos, averbamentos e autorizações);
- g) Utilização de instalações e equipamentos (casa mortuária e rulote-bar);
- h) Mercados e feiras;
- i) Licenciamento de venda ambulante de lotarias;
- j) Licenciamento de arrumador de automóveis;
- k) Licenciamento de atividades ruidosas de carácter temporário que respeitem a festas populares, romarias, feiras, arraiais e bailes.

## ARTIGO 5.º

### FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA E FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS TAXAS

1 – Para efeitos de cálculo dos valores das taxas foram considerados custos diretos e indiretos associados a cada serviço prestado, designadamente, custos com pessoal, manutenção e limpeza, aquisição e desgaste de equipamentos, aquisição de materiais, investimentos, encargos financeiros, bem como os tempos médios de execução dos serviços.

2 – A fundamentação económico-financeira e fórmulas de cálculo das taxas encontram-se demonstradas no ANEXO 1 deste regulamento e que dele faz parte integrante.

## ARTIGO 6.º

### VALOR DAS TAXAS

Os valores das taxas a cobrar por esta freguesia são os constantes no ANEXO 2 deste regulamento e que dele faz parte integrante.

**ARTIGO 7.º**  
**LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA**

- 1 – A liquidação das taxas consiste na determinação do montante a pagar com base na Tabela de Taxas, no tipo de serviços prestados e nos elementos fornecidos pelos utentes.
- 2 – O documento de liquidação designa-se por guia de recebimento/fatura.
- 3 – A liquidação de taxas não precedida de procedimento é feita nos respetivos documentos de cobrança.
- 4 – A cobrança será efetuada antes ou no momento da execução do ato ou serviço a que respeitem.

**ARTIGO 8.º**  
**PAGAMENTO**

- 1 – A relação jurídico-tributária extingue-se através do pagamento da taxa, ou de outras formas de extinção nos termos da lei geral tributária.
- 2 – As taxas são pagas em moeda corrente, por numerário, cheque, transferência bancária, e por outros meios previstos na lei.
- 3 – Salvo disposição em contrário, o pagamento das taxas será efetuado antes ou no momento da execução do ato ou serviço a que respeitem.
- 4 – De todas as taxas cobradas pela junta de freguesia será emitida fatura ou documento equivalente que comprove o respetivo pagamento.

**ARTIGO 9.º**  
**PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES**

- 1 – A junta de freguesia poderá autorizar o pagamento das taxas em prestações mensais, mediante requerimento fundamentado, dentro do prazo para pagamento voluntário.
- 2 – O pedido de pagamento em prestações deve conter a identificação do requerente, a natureza da dívida e o número de prestações pretendido, bem como os motivos e documentos que o fundamentam.
- 3 – No caso do deferimento do pedido, o valor de cada prestação mensal corresponderá ao valor resultante da divisão do total da dívida pelo número de prestações autorizado, que não deverá ser superior a três.

4 – O pagamento de cada prestação deve ser efetuado nos primeiros oito dias do mês a que disser respeito.

5 – A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, e a consequente cobrança da dívida remanescente em processo de execução fiscal.

## ARTIGO 10.º

### ISENÇÕES

1 – Estão isentos do pagamento das taxas previstas no presente regulamento todos os particulares e entidades coletivas que beneficiem de isenção prevista em outros diplomas.

2 – As isenções previstas no número anterior não dispensam os interessados de requerer as licenças ou autorizações necessárias ou de realizar as comunicações devidas.

3 – Em situações de carácter excecional, a junta de freguesia pode conceder isenções totais ou parciais a particulares ou entidades coletivas, devendo a deliberação de isenção constar em ata de reunião com a respetiva fundamentação.

## ARTIGO 11.º

### CARÁTER URGENTE

1 – Os documentos referidos na Tabela, que não tenham classificação de urgente, são emitidos no prazo máximo de dois dias.

2 – Os documentos com carácter urgente serão fornecidos até vinte e quatro horas após o seu requerimento.

3 – Os pedidos classificados como urgentes terão um acréscimo de 50% ao valor normal da taxa devida.

## ARTIGO 12.º

### INCUMPRIMENTO

1 – São devidos juros de mora pelo cumprimento extemporâneo da obrigação de pagamento das taxas.

2 – A taxa de juros de mora a aplicar é a definida, para cada ano, pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), através de Aviso publicado em Diário da República, até ao dia 31 de dezembro do ano anterior. No momento da



*Handwritten signatures and initials at the top left of the page.*

*Handwritten signature and initials at the top right of the page.*

elaboração deste documento vigora o Aviso n.º 17289/2012 (2.ª série), de 28 de dezembro, que estabelece o valor da taxa dos juros de mora em 6,112%.

3 – De acordo com a legislação em vigor, estão isentos de juros de mora o Estado e as outras pessoas coletivas públicas que não tenham forma, natureza ou denominação de empresa pública.

4 – Estão isentas de juros de mora as dívidas abrangidas por legislação especial em que se faça expressa referência, quer à não sujeição a juros de mora, quer a outro procedimento relativo à falta de pagamento nos prazos estabelecidos.

5 – As dívidas que não forem pagas voluntariamente são objeto de cobrança coerciva através de processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

### **ARTIGO 13.º**

#### **ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DAS TAXAS**

1 – Os valores das taxas estabelecidos neste documento podem ser atualizados através do orçamento anual da freguesia, de acordo com a taxa de inflação.

2 – A junta de freguesia poderá propor à assembleia de freguesia a atualização extraordinária ou a alteração das taxas previstas neste documento, mediante fundamentação económico-financeira subjacente ao novo valor.

3 – Quando as taxas resultem de valores fixados por disposição legal, estas serão atualizadas de acordo com a legislação em vigor.

### **ARTIGO 14.º**

#### **PUBLICIDADE**

A junta de freguesia disponibilizará nas instalações dos serviços administrativos, em suporte papel, e na página eletrónica o Regulamento e Tabela de Taxas.

### **ARTIGO 15.º**

#### **CADUCIDADE**

O direito da junta de freguesia de liquidar as taxas caduca, se a liquidação não for validamente notificada ao sujeito passivo, no prazo de quatro anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu.

## **ARTIGO 16.º**

### **PRESCRIÇÃO**

- 1 – As dívidas por taxas à freguesia prescrevem no prazo de oito anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu.
- 2 – A citação, a reclamação e a impugnação interrompem a prescrição.
- 3 – A paragem dos processos de reclamação, impugnação e execução fiscal por prazo superior a um ano por facto não imputável ao sujeito passivo faz cessar a interrupção da prescrição, somando-se, neste caso, o tempo que decorreu após aquele período ao que tiver decorrido até à data da autuação.

## **ARTIGO 17.º**

### **GARANTIAS**

- 1 – Os sujeitos passivos das taxas podem reclamar ou impugnar a respetiva liquidação.
- 2 – A reclamação deverá ser efetuada por escrito e dirigida à junta de freguesia, no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação.
- 3 – A reclamação presume-se indeferida para efeitos de impugnação judicial se não for decidida no prazo de 60 dias.
- 4 – Do indeferimento tácito ou expresso cabe impugnação judicial para o tribunal administrativo e fiscal da área desta freguesia, no prazo de 60 dias a contar do indeferimento.
- 5 – A impugnação judicial depende da prévia dedução da reclamação prevista no n.º 2 deste artigo.

## **ARTIGO 18.º**

### **LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA**

Em tudo quanto não estiver, expressamente previsto, neste regulamento é aplicável, sucessivamente:

- a) O Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais;
- b) A Lei das Finanças Locais;
- c) A Lei Geral Tributária;
- d) A Lei das Autarquias Locais;
- e) O Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;
- f) O Código de Procedimento e de Processo Tributário;

*Handwritten signatures and initials at the top left of the page.*

*Handwritten signature and the number 14 at the top right of the page.*

- g) O Código de Processo Administrativo nos Tribunais Administrativos;
- h) O Código do Procedimento Administrativo.

**ARTIGO 19.º**  
**NORMA REVOGATÓRIA**

É revogado o Regulamento e Tabela de Taxas anteriormente vigente na Freguesia de Reguengo do Fetal.

**ARTIGO 20.º**  
**ENTRADA EM VIGOR**

O presente Regulamento e Tabela de Taxas entram em vigor em 01 de janeiro de 2014.

MRD

## ANEXO 1

### FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA E FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS TAXAS

#### ARTIGO 1.º

#### TAXA DE EMISSÃO DE DOCUMENTOS

1 – A fórmula de cálculo da taxa a aplicar na emissão de documentos é a seguinte:

taxa de emissão de documentos = todos =  $(tme \times (vhtn + vhie) + vme)$

=  $(0,33 \times (6,78330 + 2,60321) + 0,12) = 3,22 \gg 3,30 \text{ €}$

2 – A fórmula de cálculo contém os seguintes elementos:

a) tme = tempo médio de execução

= (tempo médio de elaboração do documento + tempo médio de realização do registo contabilístico + tempo médio despendido no arquivo)

= 20 minutos

b) vhtn = valor hora do custo do trabalho normal do trabalhador dos serviços administrativos

= (remuneração base mensal + subsídio de natal mensal + subsídio de férias mensal + subsídio de refeição mensal + abono para falhas mensal + desconto mensal para a segurança social + seguro de acidentes de trabalho mensal) ÷ 22 dias ÷ 8 horas

=  $(683,13 + 56,92750 + 56,92750 + 86,11167 + 79,09917 + 201,66564 + 30,00) \div 22 \div 8 = 6,78330$

c) vhie = valor hora da despesa com instalações e equipamentos

=  $((50\% \text{ do consumo de água médio mensal} + 50\% \text{ do consumo de eletricidade médio mensal}) \div 22 \text{ dias} \div 8 \text{ horas}) + (50\% \text{ do valor hora da despesa com limpeza e manutenção das instalações} = 50\% \text{ do valor hora do custo do trabalho normal do trabalhador responsável pela limpeza e manutenção das instalações})$

=  $((0,5 \times 30 + 0,5 \times 80) \div 22 \text{ dias} \div 8 \text{ horas}) + (0,5 \times (\text{remuneração base mensal} + \text{subsídio de natal mensal} + \text{subsídio de férias mensal} + \text{subsídio de refeição mensal} + \text{desconto para a segurança social mensal} + \text{seguro de acidentes de trabalho mensal}) \div 22 \text{ dias} \div 8 \text{ horas})$

=  $0,31250 + 2,29071 = 2,60321$

d) vme = valor da despesa com material de escritório utilizado

*Handwritten signatures and initials at the top left of the page.*

*Handwritten signature and initials at the top right of the page.*

= (custo de 3 folhas de papel branco A4 + custo de 3 impressões a preto e branco)  
=  $(0,01 \times 3) + (0,03 \times 3) = 0,12$

## ARTIGO 2.º

### TAXAS DE OUTROS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

1 – A fórmula de cálculo da taxa a aplicar na extração de fotocópias é a mesma definida para a emissão de documentos, apresentada no artigo 1.º deste anexo:

taxa de emissão de documentos = todos =  $(tme \times (vhtn + vhie) + vme)$

a) Extração de fotocópias a preto e branco:

$(0,01 \times (6,78330 + 2,60321) + 0,04) = 0,13 \gg 0,15 \text{ €}$

b) Extração de fotocópias a cores:

$(0,01 \times (6,78330 + 2,60321) + 0,21) = 0,30 \gg 0,30 \text{ €}$

2 – Os valores das taxas referentes ao envio e receção de faxes têm como referência os valores praticados pelos serviços dos CTT:

(50% x valor praticado pelos CTT)

a) Envio de faxe para território nacional, 1.ª página

=  $50\% \times 1,50 = 0,75 \text{ €}$

b) Envio de faxe para território nacional, páginas seguintes

=  $50\% \times 0,60 = 0,30 \text{ €}$

c) Envio de faxe para território estrangeiro, 1.ª página

=  $50\% \times 4,20 = 2,10 \text{ €}$

d) Envio de faxe para território estrangeiro, páginas seguintes

=  $50\% \times 2,30 = 1,15 \text{ €}$

e) Receção de faxes, por folha

=  $50\% \times 0,60 = 0,30 \text{ €}$

## ARTIGO 3.º

### TAXAS DE REGISTO E LICENCIAMENTO DE CÃES E GATOS

1 – De acordo com o artigo n.º 6 da Portaria n.º 421/2004, de 24 de abril, as taxas a aplicar no registo e no licenciamento de cães e gatos devem ter como referência o valor da Taxa N de profilaxia médica (fixada anualmente por despacho do governo), não podendo exceder o triplo daquele valor e variando de acordo com a categoria do animal. No momento da elaboração deste documento vigora o Despacho n.º 6756/2012 (2.ª série), de 18 de maio, que estabelece o valor da Taxa N em 5,00 €.

2 – As fórmulas de cálculo a aplicar são as definidas nas alíneas seguintes:

a) Registo de cães e gatos = 60% da taxa N de profilaxia médica

$$= 0,6 \times 5 = 3,00 \text{ €}$$

A percentagem da taxa N a utilizar é obtida através da aplicação da taxa de emissão de documentos e outros serviços, definida no artigo 1.º deste anexo:

$$\text{tedos} = (\text{tme} \times (\text{vhtn} + \text{vhie}) + \text{vme})$$

$$(0,33 \times (6,78330 + 2,60321) + 0,12) = 3,22 \gg 3,00 \text{ €} = 60\% \text{ da taxa N}$$

b) Licenças

i) Categoria A (cão de companhia) = 70% da taxa N de profilaxia médica

$$= 0,7 \times 5 = 3,50 \text{ €}$$

A percentagem da taxa N a utilizar é obtida através da aplicação da taxa de emissão de documentos e outros serviços, definida no artigo 1.º deste anexo:

$$\text{tedos} = (\text{tme} \times (\text{vhtn} + \text{vhie}) + \text{vme})$$

$$(0,37 \times (6,78330 + 2,60321) + 0,12) = 3,59 \gg 3,50 \text{ €} = 70\% \text{ da taxa N}$$

ii) Categoria B (cão com fins económicos) = 70% da taxa N de profilaxia médica

$$= 0,70 \times 5 = 3,50 \text{ €}$$

A percentagem da taxa N a utilizar é obtida da forma definida em i) desta alínea b).

iii) Categoria C (cão para fins militares, policiais e de segurança pública) = isentos de licenciamento, de acordo com o artigo 5.º da Portaria n.º 421/2004, de 24 de abril.

iv) Categoria D (cão para investigação científica) = gratuita, de acordo com o n.º 1 do artigo 7.º da Portaria n.º 421/2004, de 24 de abril.

v) Categoria E (cão de caça) = 110% da taxa N de profilaxia médica

$$= 1,10 \times 5 = 5,50 \text{ €}$$

A percentagem da taxa N a utilizar é obtida através da aplicação da taxa de emissão de documentos e outros serviços, definida no artigo 1.º deste anexo, com a inclusão de um critério de desincentivo à detenção desta categoria de cães.

$$\text{tedos} = (\text{tme} \times (\text{vhtn} + \text{vhie}) + \text{vme}) \times \text{cd}$$

$$= (0,37 \times (6,78330 + 2,60321) + 0,12) \times 1,55 = 5,57 \gg 5,50 \text{ €} = 110\% \text{ da taxa N}$$

vi) Categoria F (cão-guia) = gratuita, de acordo com o n.º 1 do artigo 7.º da Portaria n.º 421/2004, de 24 de abril.

vii) Categoria G (cão potencialmente perigoso) = 200% da taxa N de profilaxia médica

$$= 2 \times 5 = 10,00 \text{ €}$$

A percentagem da taxa N a utilizar é obtida através da aplicação da taxa de emissão de documentos e outros serviços, definida no artigo 1.º deste anexo, com a inclusão de um critério de desincentivo à detenção desta categoria de cães.

$$\text{tedos} = (\text{tme} \times (\text{vhtn} + \text{vhie}) + \text{vme}) \times \text{cd}$$

$$= (0,37 \times (6,78330 + 2,60321) + 0,12) \times 3 = 10,78 \gg 10,00 \text{ €} = 200\% \text{ da taxa N}$$

viii) Categoria H (cão perigoso) = 300% da taxa N de profilaxia médica

$$= 3 \times 5 = 15,00 \text{ €}$$

A percentagem da taxa N a utilizar é obtida através da aplicação da taxa de emissão de documentos e outros serviços, definida no artigo 1.º deste anexo, com a inclusão de um critério de desincentivo à detenção desta categoria de cães.

$$\text{tedos} = (\text{tme} \times (\text{vhtn} + \text{vhie}) + \text{vme}) \times \text{cd}$$

$$= (0,37 \times (6,78330 + 2,60321) + 0,12) \times 4 = 14,37 \gg 15,00 \text{ €} = 300\% \text{ da taxa N}$$

ix) Categoria I (gato) = 70% da taxa N de profilaxia médica

$$= 0,7 \times 5 = 3,50 \text{ €}$$

A percentagem da taxa N é obtida da forma definida em i) desta alínea b).

c) Averbamentos (referentes a transferência do titular do registo, comunicação de morte ou desaparecimento do animal, entre outros) = 60% da taxa N de profilaxia médica

$$= 0,6 \times 5 = 3,00 \text{ €}$$

A percentagem da taxa N é obtida através da aplicação da taxa de emissão de documentos e outros serviços, definida no artigo 1.º deste anexo:

$$\text{tedos} = (\text{tme} \times (\text{vhtn} + \text{vhie}) + \text{vme})$$

$$(0,33 \times (6,78330 + 2,60321) + 0,12) = 3,22 \gg 3,00 \text{ €} = 60\% \text{ da taxa N}$$

d) De acordo com o artigo 7.º da Portaria n.º 421/2004, de 24 de abril, as licenças relativas a animais recolhidos em instalações pertencentes a sociedades zoófilas legalmente constituídas e sem fins lucrativos e nos canis municipais são gratuitas.

**ARTIGO 4.º****TAXAS DE CERTIFICAÇÃO DE FOTOCÓPIAS**

1 – O Decreto-Lei n.º 28/2000, de 13 de março, atribui às juntas de freguesia a possibilidade de certificar a conformidade de fotocópias com os documentos originais que lhes sejam apresentados.

2 – O artigo 2.º do referido diploma estabelece que é da competência da freguesia fixar os preços a cobrar pelos serviços de certificação de fotocópias, não podendo exceder o preço resultante da tabela em vigor nos cartórios notariais.

3 – Neste contexto, as taxas a aplicar são as definidas no número 9 do artigo 27.º do Regulamento Emolumentar dos Registos e dos Notariados:

- a) Até 4 páginas, inclusive = 18,00 €
- b) A partir da 5.ª página, por cada página a mais = 1,00 €, até ao limite de 150 €

**ARTIGO 5.º****TAXAS DE ACESSO AOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS**

1 – O acesso aos documentos administrativos é regulado pela Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto (que revogou a Lei n.º 65/93, de 26 de agosto). As taxas a aplicar são as estabelecidas pelo governo através de despacho, que a freguesia tem de respeitar e que constituem sua receita. No momento da elaboração deste documento vigora o Despacho n.º 8617/2002 (2.ª série), de 29 de abril, que estabelece as seguintes taxas, a pagar pelos cidadãos pela reprodução de documentos, nos suportes previstos mais utilizados (papel, CD-RW e CD-R):

- a) Folha A4, fotocópia a preto e branco, entre 1 e 50 unidades = 0,04 €
- b) Folha A4, fotocópia a preto e branco, entre 51 e 100 unidades = 0,03 €
- c) Folha A4, fotocópia a preto e branco, mais de 100 unidades = 0,02 €
- d) Folha A3, fotocópia a preto e branco, entre 1 e 50 unidades = 0,08 €
- e) Folha A3, fotocópia a preto e branco, entre 51 e 100 unidades = 0,07 €
- f) Folha A3, fotocópia a preto e branco, mais de 100 unidades = 0,05 €
- g) CD-RW, com capacidade de pelo menos 650MB, fornecido pelos serviços = 8,36 €
- h) CD-RW, com capacidade de pelo menos 650MB, fornecido pelo utente = gratuita
- i) CD-R, com capacidade de pelo menos 650MB, fornecido pelos serviços = 1,00 €
- j) CD-R, com capacidade de pelo menos 650MB, fornecido pelo utente = gratuita



*[Handwritten signatures and initials]*

*[Handwritten signature]*

- 2 – As taxas definidas no número anterior não se aplicam quando esteja em causa a reprodução de documentos com custos já estabelecidos em legislação própria.
- 3 – As entidades ou instituições que prossigam exclusivamente fins não lucrativos suportarão apenas 75% das taxas definidas no número 1.
- 4 – Os cidadãos que beneficiem de apoio judiciário, ou que necessitem das reproduções de documentos necessários à sua obtenção, ficam isentos do pagamento das taxas.

## ARTIGO 6.º

### TAXAS DE CONCESSÃO DE TERRENOS NOS CEMITÉRIOS

A fórmula de cálculo das taxas de concessão de terrenos para covais e jazigos está indexada ao valor do preço do metro quadrado de terreno para efeitos de cálculo do IMI, que no ano de elaboração deste documento se situa nos 603,00 €.

- a) Taxa de concessão de terreno para coval  
 $= (55\% \times 603) \times 2 \text{ m}^2$   
 $= 331,65 \times 2 = 663,30 \gg 650,00 \text{ €}$
- b) Taxa de concessão de terreno para jazigo  
 $= ((55\% \times 603) \times 5 \text{ m}^2) \times \text{fator de desincentivo} = 1,55$   
 $= 331,65 \times 5 \times 1,55 = 2570,29 \gg 2500,00 \text{ €}$
- c) Taxa de concessão de terreno para jazigo, por cada  $\text{m}^2$  a mais  
 $= (55\% \times 603) \times 2 \text{ m}^2$   
 $= 331,65 \times 2 = 663,30 \gg 650,00 \text{ €}$

## ARTIGO 7.º

### TAXAS DE SERVIÇOS CEMITERIAIS

As taxas a aplicar, relativamente à emissão de documentos referentes aos serviços cemiteriais, têm por base a fórmula da taxa de emissão de documentos administrativos apresentada no artigo 1.º deste anexo.

No que diz respeito aos serviços realizados no cemitério da freguesia, as taxas a aplicar estão relacionadas com o custo do trabalho normal do trabalhador responsável pelos mesmos.

- a) Taxa de inumação em coval  
 $= (\text{valor hora do custo do trabalho normal do trabalhador responsável pelos serviços cemiteriais} \times \text{n.º de horas despendidas})$   
 $= 4,58142 \times 8 = 36,65 \gg 40,00 \text{ €}$

- b) Taxa de inumação em jazigo  
= (valor hora do custo do trabalho normal do trabalhador responsável pelos serviços cemiteriais x n.º de horas despendidas)  
=  $4,58142 \times 4 = 18,33 \gg 20,00 \text{ €}$
- c) Taxa de transladação  
= (valor hora do custo do trabalho normal do trabalhador responsável pelos serviços cemiteriais x n.º de horas despendidas)  
=  $4,58142 \times 8 = 36,65 \gg 40,00 \text{ €}$
- d) Taxa de averbamentos  
= taxa de emissão de documentos = todos =  $(tme \times (vh_{tn} + vh_{ie}) + vme)$   
=  $(0,5 \times (6,78330 + 2,60321) + 0,12) = 4,81 \gg 5,00 \text{ €}$
- e) Taxa de autorização para colocação de revestimento e/ou lápide em sepultura  
= taxa de emissão de documentos = todos =  $(tme \times (vh_{tn} + vh_{ie}) + vme)$   
=  $(0,5 \times (6,78330 + 2,60321) + 0,12) = 4,81 \gg 5,00 \text{ €}$

## ARTIGO 8.º

### TAXAS DE UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

1 – As fórmulas de cálculo das taxas de utilização de instalações e equipamentos da autarquia têm como base as despesas correntes suportadas com as mesmas.

2 – A fórmula de cálculo da taxa a aplicar na utilização da casa mortuária é a seguinte:  
taxa de utilização da casa mortuária = tu<sub>cm</sub> = valor hora da despesa com instalações e equipamentos

$$\begin{aligned} &= (((\text{consumo de água médio mensal} + \text{consumo de eletricidade médio mensal}) \div 22 \text{ dias} \div 8 \text{ horas}) + (30 \% \text{ do valor hora da despesa com limpeza e manutenção das instalações} = 30 \% \text{ do valor hora do custo do trabalho normal do trabalhador responsável pela limpeza e manutenção das instalações})) \times 24 \text{ horas} \\ &= (((15 + 30) \div 22 \div 8) + (0,3 \times (\text{remuneração base mensal} + \text{subsídio de natal mensal} + \text{subsídio de férias mensal} + \text{subsídio de refeição mensal} + \text{desconto mensal para a segurança social} + \text{seguro de acidentes de trabalho mensal}) \div 22 \text{ dias} \div 8 \text{ horas})) \times 24 \\ &= (0,25568 + 1,37443) \times 24 = 39,12 \gg 40,00 \text{ €} \end{aligned}$$

3 – Para o cálculo da taxa a aplicar na utilização da rulote-bar são tidas em consideração as despesas médias de manutenção suportadas com a mesma, após cada utilização:

$$\text{taxa de utilização da rulote-bar} = \text{despesas médias de manutenção} = 10,00 \text{ €}$$

## **ARTIGO 9.º**

### **TAXAS DE MERCADOS E FEIRAS**

1 – Há duas fórmulas de cálculo para as taxas a aplicar na ocupação de espaços de venda do mercado, dependendo da tipologia destes.

- a) Para ocupação mensal de banca de venda, a fórmula de cálculo da taxa é a seguinte:

$$\begin{aligned} \text{toevm} &= (\text{valor mensal da despesa com instalações e equipamentos} \times \\ &\text{percentagem do espaço ocupado em relação ao total do mercado}) \\ &= ((\text{consumo de água médio mensal} + \text{consumo de eletricidade médio mensal}) \\ &+ (20\% \text{ do valor hora da despesa com limpeza e manutenção das instalações} = \\ &20\% \text{ do valor hora do custo do trabalho normal do trabalhador responsável pela} \\ &\text{limpeza e manutenção das instalações} \times \text{n.º de horas mensais despendidas no} \\ &\text{local})) \times 16,67\% \\ &= ((15 + 75) + (0,2 \times (\text{remuneração base mensal} + \text{subsídio de natal mensal} + \\ &\text{subsídio de férias mensal} + \text{subsídio de refeição mensal} + \text{desconto mensal} \\ &\text{para a segurança social} + \text{seguro de acidentes de trabalho mensal}) \div 22 \text{ dias} \div \\ &8 \text{ horas}) \times 4 \text{ horas}) \times 16,67\% \\ &= (90 + 3,66514) \times 0,1667 = 15,61 \gg 15,00 \text{ €} \end{aligned}$$

- b) Para ocupação mensal de área de venda fechada, a fórmula de cálculo da taxa é a seguinte:

$$\begin{aligned} \text{toevm} &= (\text{valor mensal da despesa com instalações e equipamentos} \times \\ &\text{percentagem do espaço ocupado em relação ao total do mercado}) \\ &= ((\text{consumo de água médio mensal} + \text{consumo de eletricidade médio mensal}) \\ &+ (20\% \text{ do valor hora da despesa com limpeza e manutenção das instalações} = \\ &20\% \text{ do valor hora do custo do trabalho normal do trabalhador responsável pela} \\ &\text{limpeza e manutenção das instalações} \times \text{n.º de horas mensais despendidas no} \\ &\text{local})) \times 16,67\% \\ &= ((15 + 75) + (0,2 \times (\text{remuneração base mensal} + \text{subsídio de natal mensal} + \\ &\text{subsídio de férias mensal} + \text{subsídio de refeição mensal} + \text{desconto mensal} \\ &\text{para a segurança social} + \text{seguro de acidentes de trabalho mensal}) \div 22 \text{ dias} \div \\ &8 \text{ horas}) \times 4 \text{ horas}) \times 50\% \\ &= (90 + 3,66514) \times 0,5 = 46,83 \gg 50,00 \text{ €} \end{aligned}$$

2 – A fórmula da taxa a aplicar relativa à ocupação de espaços de venda ambulante tem em consideração os encargos com a limpeza do espaço e os encargos administrativos e de cobrança:

taxa de ocupação de espaços de venda ambulante = ((encargos com a limpeza e manutenção = imputação de 50% do valor hora do custo do trabalho normal do trabalhador responsável pela limpeza e manutenção das instalações) ÷ 22 dias ÷ 8 horas) x 4 horas x fração ocupada) + (encargos administrativos e de cobrança = (tme x (vh<sub>tn</sub> + vh<sub>ie</sub>) + vme))

$$= (4,58142 \times 0,50 \times 4) \times 0,10 + ((0,12 \times (6,78330 + 2,60321) + 0,04)$$

$$= 0,91628 + 1,16638 = 2,08 \gg 2,00 \text{ € / dia}$$

#### ARTIGO 10.º

##### TAXAS DE LICENCIAMENTO DE VENDA AMBULANTE DE LOTARIAS

1 – De acordo com a alínea a) do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à junta de freguesia o licenciamento da atividade de venda ambulante de lotarias, pelo que é necessário proceder à fixação das taxas inerentes a esse processo.

2 – A fórmula de cálculo da taxa a aplicar no processo de licenciamento e emissão de cartão é a apresentada no artigo 1.º deste anexo:

$$\text{taxa de emissão de documentos} = \text{tedos} = (\text{tme} \times (\text{vh}_{\text{tn}} + \text{vh}_{\text{ie}}) + \text{vme})$$

$$= (1,50 \times (6,78330 + 2,60321) + 1,00) = 15,08 \gg 15,00 \text{ €}$$

3 – É utilizada a mesma fórmula para a renovação da licença anual:

$$\text{taxa de emissão de documentos} = \text{tedos} = (\text{tme} \times (\text{vh}_{\text{tn}} + \text{vh}_{\text{ie}}) + \text{vme})$$

$$= (0,25 \times (6,78330 + 2,60321) + 0,12) = 2,47 \gg 2,50 \text{ €}$$

#### ARTIGO 11.º

##### TAXAS DE LICENCIAMENTO DE ARRUMADOR DE AUTOMÓVEIS

1 – Outra das competências conferidas à junta de freguesia, pela alínea b) do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é o licenciamento da atividade de arrumador de automóveis, pelo que é necessário proceder à fixação das taxas inerentes a esse processo.

2 – A fórmula de cálculo da taxa a aplicar no processo de licenciamento e emissão de cartão é a apresentada no artigo 1.º deste anexo:

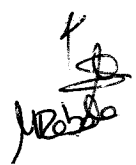
$$\text{taxa de emissão de documentos} = \text{tedos} = (\text{tme} \times (\text{vh}_{\text{tn}} + \text{vh}_{\text{ie}}) + \text{vme})$$

$$= (1,50 \times (6,78330 + 2,60321) + 1,00) = 15,08 \gg 15,00 \text{ €}$$

2 – É utilizada a mesma fórmula para a renovação da licença anual:

$$\text{taxa de emissão de documentos} = \text{tedos} = (\text{tme} \times (\text{vh}_{\text{tn}} + \text{vh}_{\text{ie}}) + \text{vme})$$

$$= (0,25 \times (6,78330 + 2,60321) + 0,12) = 2,47 \gg 2,50 \text{ €}$$



**ARTIGO 12.º**  
**TAXA DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES RUIDOSAS**  
**DE CARÁTER TEMPORÁRIO**

1 – Também o licenciamento de atividades ruidosas de caráter temporário que respeitem a festas populares, romarias, feiras, arraiais e bailes é uma competência da junta de freguesia, de acordo com a alínea c) do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, pelo que é necessário proceder à fixação das taxas inerentes a esse processo.

2 – A fórmula de cálculo da taxa a aplicar no processo de licenciamento é a apresentada no artigo 1.º deste anexo:

taxa de emissão de documentos = todos =  $(tme \times (vh_{tn} + vh_{ie}) + vme)$

=  $(2,5 \times (6,78330 + 2,60321) + 1,50) = 24,97 \gg 25,00 \text{ €}$

3 – A taxa apresentada no ponto anterior é devida por cada dia de atividade.

*10*  
*MRB*

## **ANEXO 2**

### **TABELA DE TAXAS**

#### **ARTIGO 1.º**

#### **SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS**

1. Atestados, declarações, certidões, termos de identidade e justificação administrativa e outros documentos – 3,30 euros
2. Extração de fotocópias A4 e A3:
  - a) A preto e branco – 0,15 euros
  - b) A cores – 0,30 euros
3. Envio de faxe:
  - a) Para território nacional, 1.ª página – 0,75 euros
  - b) Para território nacional, páginas seguintes – 0,30 euros
  - c) Para território estrangeiro, 1.ª página – 2,10 euros
  - d) Para território estrangeiro, páginas seguintes – 1,15 euros
4. Receção de faxe, por folha – 0,30 euros
5. Registo de cães e gatos – 3,00 euros
6. Licenças:
  - a) Categoria A (cão de companhia) – 3,50 euros
  - b) Categoria B (cão com fins económicos) – 3,50 euros
  - c) Categoria C (cão para fins militares, policiais e de segurança pública) – isenta
  - d) Categoria D (cão para investigação científica) – gratuita
  - e) Categoria E (cão de caça) – 5,50 euros
  - f) Categoria F (cão-guia) – gratuita
  - g) Categoria G (cão potencialmente perigoso) – 10,00 euros
  - h) Categoria H (cão perigoso) – 15,00 euros
  - i) Categoria I (gato) – 3,50 euros
  - j) De animais recolhidos em instalações pertencentes a sociedades zoófilas legalmente constituídas e sem fins lucrativos e nos canis municipais – gratuita
7. Averbamentos referentes ao registo e licenciamento de cães e gatos – 3,00 euros
8. Certificação de fotocópias:
  - a) Até 4 páginas, inclusive – 18,00 euros
  - b) A partir da 5.ª página, por cada página a mais = 1,00 euros, até ao limite de 150 euros

9. Acesso aos documentos administrativos, reprodução em:
- a) Folha A4, fotocópia a preto e branco, entre 1 e 50 unidades – 0,04 euros
  - b) Folha A4, fotocópia a preto e branco, entre 51 e 100 unidades – 0,03 euros
  - c) Folha A4, fotocópia a preto e branco, mais de 100 unidades – 0,02 euros
  - d) Folha A3, fotocópia a preto e branco, entre 1 e 50 unidades – 0,08 euros
  - e) Folha A3, fotocópia a preto e branco, entre 51 e 100 unidades – 0,07 euros
  - f) Folha A3, fotocópia a preto e branco, mais de 100 unidades – 0,05 euros
  - g) CD-RW, com capacidade de pelo menos 650MB, fornecido pelos serviços – 8,36 euros
  - h) CD-RW, com capacidade de pelo menos 650MB, fornecido pelo utente – gratuita
  - i) CD-R, com capacidade de pelo menos 650MB, fornecido pelos serviços – 1,00 euros
  - j) CD-R, com capacidade de pelo menos 650MB, fornecido pelo utente – gratuita
10. Acesso aos documentos administrativos, por parte de:
- a) Entidades ou instituições que prossigam exclusivamente fins não lucrativos – isenção de 25% das taxas
  - b) Cidadãos que beneficiem de apoio judiciário, ou que necessitem das reproduções de documentos necessários à sua obtenção – isenção de 100% das taxas
11. Os documentos emitidos classificados com carácter urgente sofrem um acréscimo de 50% nas suas taxas.

## **ARTIGO 2.º**

### **CEMITÉRIOS**

- 1. Taxa de concessão de terreno:
  - a) Para coval – 650,00 euros
  - b) Para jazigo – 2500,00 euros
  - c) Para jazigo, por cada m<sup>2</sup> a mais – 650 euros
- 2. Taxa de inumação:
  - a) Em coval – 40,00 euros
  - b) Em jazigo – 20,00 euros
- 4. Taxa de transladação – 40,00 euros
- 5. Taxa de averbamentos – 5,00 euros
- 6. Taxa de autorização para colocação de revestimento e/ou lápide em sepultura – 5,00 euros

**ARTIGO 3.º**

**UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS**

1. Taxa de utilização da casa mortuária – 40,00 euros
2. Taxa de utilização da rulote-bar – 10,00 euros

**ARTIGO 4.º**

**MERCADOS E FEIRAS**

1. Taxa de ocupação mensal de banca de venda – 15,00 euros
2. Taxa de ocupação mensal de área de venda fechada – 50,00 euros
3. Taxa de ocupação de espaço de venda ambulante, por dia – 2,00 euros

**ARTIGO 5.º**

**LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES**

1. Taxas de venda ambulante de lotarias:
  - a) Licenciamento e emissão de cartão – 15,00 euros
  - b) Renovação da licença anual – 2,50 euros
2. Taxas de arrumador de carros:
  - a) Licenciamento e emissão de cartão – 15,00 euros
  - b) Renovação da licença anual – 2,50 euros
3. Taxa de licenciamento de atividades ruidosas de carácter temporário que respeitem a festas populares, romarias, feiras, arraiais e bailes, por período de um dia – 25,00 euros

Aprovado na reunião da Junta de Freguesia em 10 de Dezembro de 2013.

Praxeiro  
Marcelo Maria do Santo Rebelo  
Angela Maria Santos

Aprovado na sessão da Assembleia de Freguesia em 17 de Dezembro de 2013.

Paulo Sérgio Nunes  
Carlos Alberto Fúza Carneiro  
Sandra Cristina da Santa Mota